

Balanço do Congresso

Hoje termina outra sessão legislativa. Também político tem direito a Natal, talvez principalmente eles, após um ano de tantas emoções, que chegaram até a vitimar o Presidente do Congresso Nacional, Senador Nilo Coelho.

Mas foi uma temporada rica em novas conquistas.

Fixemo-nos nelas, em vez de falarmos, mais uma vez, nas teorias de harmonia dos poderes, por mais adequadas que sejam. Trata-se agora de relembrarmos as vitórias práticas, nesta direção, em nosso País. Algo merecendo também comemoração, embora sem exagerado otimismo, porque, como o repelia sempre Octávio Mangabeira, a democracia é ainda uma planta muito tenra entre nós.

A hipertrofia do Executivo ocorre há tempos, as consequências da Revolução de 1964 apenas a aumentaram, apesar de em si não significar nenhuma novidade.

Desde o Império existiam crescentes queixas contra o que então já se classificava de "poder pessoal" do Imperador. Até que veio a República e passou-se a falar em "Sua Majestade, o Presidente", título de livro de um diplomata britânico no Brasil. Chegou a causar sensação e o Governo de Vargas o declarou **persona non grata**, expulsando-o num acesso de excessivo pudor.

A Constituição de 1946 foi uma reação contra este velho autoritarismo, em especial ao recente, do **Estado Novo** que acabara de cair. O que pouco ajudou, ao privar o Presidente de certas prerrogativas necessárias, de modo a contribuir para outras tensões com o Legislativo, numa fase menos pacífica do que parece a primeira vista.

O equilíbrio, radicalmente rompido em 1964, tardou muito para restabelecer-se, mesmo precariamente. Em 1968, sofreu nova ruptura, a mais espetacular, por conta do incidente em que o Congresso Nacional recusou a autorização para processo judiciário de um deputado. As cinzas novas de 1965 logo voltaram a crepitar.

A Presidência Geisel, muito imperial no seu estilo germânico, teve outros atritos: quase resultando também em longo fechamento do Congresso, em lugar do breve recesso compulsório,

usemos o eufemismo, quando do "Pacote de Abril". Continuavam em rota de colisão o Legislativo e o Executivo.

A Presidência Figueiredo vem dando passos à frente no caminho da reconciliação nacional, que passa necessariamente pelo Parlamento.

Ao contrário do que muitos pessimistas temavam em prever, o Presidente Figueiredo evitou que o episódio Mário Juruna repetisse o de 1968. E fez com que as medidas de emergência se limitassem ao mínimo essencial, sem arranhões para as liberdades públicas e direitos individuais, como nós podemos ver melhor em Brasília, sua área de aplicação. Para sorte de todos nós.

Agora termina a sessão legislativa de 1983.

O Congresso Nacional provou sua capacidade de reaprender a negociação, tanto quanto o Executivo. Tudo indica estar afastado o curso de colisão. O Congresso Nacional recusou sucessivos decretos-leis, obrigando uma final reformulação. Se ela ainda não for satisfatória, é pelo menos sinal da possibilidade de novo caminho paralelo.

A vibração cívica era natural e inevitável. Também a opinião pública dela participou. Afinal de contas, há quantos anos não se presenciava uma pacífica contra-ofensiva como esta, dentro das regras do jogo democrático, sem nenhum dos lados querer virar a mesa?

Os emissários iam e vinham pela simples rua que separa o Executivo e o Legislativo. Diálogos se sucederam, até polémicas no calor dos debates públicos. Só quem ganhava era a democracia, enfim dando outro passo rumo à consolidação.

E de se esperar que os dois lados deixem de se considerar necessários contendores e passem a ver-se como uma espécie de competidores, no sentido da emulação democrática. Trata-se de constatar quem contribui mais para o enraizamento da democracia representativa em nosso País, um dos nossos objetivos nacionais permanentes.

Sem partidos políticos, só viáveis num Congresso pluralista, nada feito, impossível a pacificação nacional, mais que definitiva, irreversível meta de todos os brasileiros conscientes.